



**CONVÊNIO MPRJ N.º 05/2024**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O PRODERJ - CENTRO DE  
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**PROCESSO SEI-MPRJ 20.22.0001.0041693.2024-84.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Marechal Câmara, n.º 370, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.305.936/0001-40, doravante denominado **MPRJ**, neste ato representado pelo Assessor da Secretaria-Geral do Ministério Público, **Sr. RAFAEL PACHECO DA SILVA COSTA**, conforme delegação de poderes contidos na Resolução GPGJ n.º 2.524, de 14.04.2023, publicada em 17.04.2023 na edição n.º 1.090 do Diário Oficial Eletrônico do MPRJ, e o **PRODERJ - CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 30.121.578/0001-67, doravante denominado **PRODERJ**, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA**, celebram o presente convênio, que será regido pelo art. 184 da Lei n.º 14.133/21, regulamentado pelo Decreto n.º 11.531/23, e pelas seguintes cláusulas:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1-** Este convênio tem por objeto ratificar e regulamentar a cessão de servidor ao **MPRJ**, por parte do **PRODERJ**.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO SERVIDOR CEDIDO**

**2.1-** Em razão da formalização deste convênio fica ratificada e regulamentada nos termos deste instrumento a cessão do servidor **SAINT CLAIR VALENTE DE CASTRO**, portador do documento de identidade funcional n.º 2825066-4 e do CPF sob o n.º 594.991.097-49, sem suspensão de seus efeitos desde a expedição dos respectivos atos de cessão.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÔNUS FINANCEIRO**

**3.1-** A presente cessão se dará com ônus para o **MPRJ**, cabendo ao **PRODERJ** processar a folha de pagamento do servidor cedido e enviar o extrato ao **MPRJ**, para fins de reembolso.

**3.2-** Será facultada ao **MPRJ** a concessão de benefícios, tais como auxílio-alimentação ou auxílio-transporte.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOS ÓRGÃOS EXECUTORES**

**4.1-** São órgãos executores do presente Instrumento:



a) Pelo **MPRJ**, a Diretoria de Recursos Humanos e a Secretaria-Geral do Ministério Público;

b) Pelo **PRODERJ**, o órgão administrativo que vier a ser indicado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS ATRIBUIÇÕES**

### **5.1- Competirá ao MPRJ:**

a) Controlar a frequência do servidor cedido ao órgão de atuação, remetendo, mensalmente, a respectiva folha ao **PRODERJ**;

b) Informar ao **PRODERJ** quaisquer ocorrências relevantes para o assentamento funcional do servidor;

c) Solicitar, fundamentadamente, a substituição do servidor.

### **5.2- Competirá ao PRODERJ:**

a) Garantir a regularidade da situação funcional do servidor cedido;

b) Substituir o servidor cedido quando de seu retorno ao órgão de origem, ou quando verificada a hipótese prevista na alínea “c” do subitem 5.1.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

6.1- Quaisquer alterações pactuadas pelos partícipes, a partir da assinatura deste convênio, serão formalizadas através de termo aditivo, que passará a integrar o presente instrumento, para todos os fins e efeitos a este inerentes.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

7.1- O prazo de vigência deste convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESILIÇÃO**

8.1- O presente convênio poderá ser extinto por resilição unilateral, mediante simples denúncia de qualquer dos partícipes, através de comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

9.1- O **MPRJ** providenciará a publicação do extrato deste convênio no seu Diário Oficial Eletrônico.



## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**10.1-** O **MPRJ** será considerado agente de tratamento, na condição de Controlador, dos dados pessoais constantes da sua base de dados, sendo responsável pelas decisões acerca do tratamento.

**10.2-** Os partícipes deverão garantir que as operações de tratamento de dados pessoais estejam em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD); com os regulamentos e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos da Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, e com demais normas e políticas relacionadas à segurança da informação e à privacidade e proteção de dados pessoais, devendo cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais se incluirão, mas não se limitarão aos seguintes:

- a) Apresentar e exigir evidências e garantias suficientes quanto à aplicação adequada do conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos;
- b) Manter os registros de tratamento dos dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de materialização destas a qualquer tempo;
- c) Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ou mediante solicitação dos partícipes e demais organizações de controle;
- d) Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelos partícipes, de obrigações perante os titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- e) Nos termos da legislação vigente, descartar de forma irrecuperável todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva, ou quando necessário o encerramento do tratamento por decurso de prazo, por extinção de vínculo legal ou contratual; e
- f) Atentar para a normas afetas à privacidade e proteção de dados pessoais, quais sejam, principalmente, ABNT NBR ISO 27701:2019 e seus normativos (ANEXO A - Referências específicas e objetivos de controle para Controladores de Dados Pessoais) e (ANEXO B - Referências específicas e objetivos de controle para Operadores de Dados Pessoais).

**10.3-** Os partícipes deverão emendar os esforços cabíveis para o estabelecimento de Políticas de Segurança da Informação, de modo a especificar e determinar o conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança voltadas à proteção de dados pessoais, acessos não autorizados e situações acidentais ou incidentes - sejam culposos ou dolosos - de destruição, perda, adulteração, compartilhamento indevido ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**10.4-** Os partícipes devem seguir os padrões e critérios nacional e ou internacionalmente aceitos, além de outras precauções que minimizem possíveis incidentes de segurança ou de violação da proteção de dados pessoais, em virtude da contínua diversificação dos riscos e ameaças cibernéticas.

**10.5-** Os partícipes se obrigam a manter sigilo das ações executadas em parceria, utilizando os dados passíveis de acesso somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo, de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento a terceiros das informações trocadas entre si ou geradas no âmbito deste Acordo, salvo os



de caráter público, nos termos da lei, aqueles cujo acesso for determinado em ordem judicial e mediante autorização expressa entre os partícipes.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1-** Para dirimir as questões decorrentes deste convênio será competente o foro do Município do Rio de Janeiro, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, data da última assinatura eletrônica.

---

**RAFAEL PACHECO DA SILVA COSTA**

Assessor da Secretaria-Geral do Ministério Público

FLAVIO SEBASTIAO RODRIGUES DA  
SILVA:0008035571  
4

Assinado de forma digital  
por FLAVIO SEBASTIAO  
RODRIGUES DA  
SILVA:00080355714  
Dados: 2024.10.07 16:06:52  
-03'00'

---

**FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA**

PRODERJ – Centro de Tecnologia de Informação  
e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

---

Testemunha

---

Testemunha